

## O ESTADO REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Voltemos agora ao Brasil. Com a proclamação da república em novembro de 1889, o governo, representado na figura do chefe de Estado e de governo (o presidente da república), passou a ser eleito. Porém, o direito de votar foi efetivamente garantido a apenas cerca de 2% da população do país: esse número era a expressão do fato de que nem as mulheres, nem a maioria da população pobre e nem a maioria dos afro-brasileiros que tinham acabado de se emancipar tiveram direitos políticos reconhecidos. Além disso, a autonomia decisória da pequena minoria que podia votar era terrivelmente cerceada por causa do voto aberto (isto é, o contrário do voto secreto). Direitos políticos universais, inclusive para as mulheres, e o voto secreto, só foram garantidos na Constituição de 1934, isto é, depois da derrubada da chamada “República Velha” pela revolução liderada por Getúlio Vargas. Só que esses direitos não puderam ser exercidos porque em novembro de 1937, um pouco antes das eleições presidenciais previstas para o ano seguinte, o próprio Getúlio Vargas lidera um golpe de Estado que suspende esses direitos. O país continuou a viver numa República: porém, ao invés de inclinar-se para uma democracia, inclinou-se para uma ditadura. Só em 1946 – isto é, 56 anos após a proclamação da República – os direitos prometidos em 1934 vão ser de fato exercidos, ainda assim não por muito tempo. Em 1964, um novo golpe vai nos empurrar outra vez para a ditadura.

O termo “ditadura” é de origem republicana. Na república romana, a ditadura era um recurso emergencial e transitório, em que um cidadão eminente recebia poderes excepcionais (por um período geralmente não superior a seis meses) para debelar uma grave crise política interna. É por isso que os republicanos do século XIX não tinham nenhuma dificuldade em compatibilizar a defesa da “república” com a defesa da “ditadura”, caso esta fosse necessária para vencer certos obstáculos. Quando Giuseppe Garibaldi derrubou, numa ação militar espetacular, o reino das Duas Sicílias, no sul da Itália, completando a unificação do Estado nacional italiano, ele solicitou e obteve uma ditadura republicana para consolidar o novo regime. E ele fez isso tendo na cabeça o modo clássico, romano, de pensar a ditadura.

Porém, durante o século XIX começam a surgir modos novos de se pensar a combinação de república com ditadura. Os discípulos de Augusto Comte, por exemplo, que serão os fundadores do pensamento político positivista, vão pensar a ditadura nos termos de uma filosofia da história. Para eles, a ditadura deveria ser pensada não mais como um recurso emergencial de curta duração, mas como um instrumento que possibilitaria acelerar a transição das sociedades de uma “idade” atrasada para outra mais avançada: isto é, da idade que eles chamavam de teológica, quando os homens do povo ainda estão entregues à ignorância e à superstição, para a idade “positiva”, quando os homens alcançariam a maturidade científica do pensamento moderno. A ditadura seria conduzida por uma elite bem pensante que, essa sim guiada pela ciência positiva, conduziria a sociedade para a era mais avançada.

Os líderes republicanos brasileiros, especialmente os militares, foram muito influenciados pelas idéias positivistas. E foram os militares – após a guerra do Paraguai eles foram se distanciando mais e mais da Monarquia – que lideraram o movimento que culminou na proclamação da República. Seus principais chefes e ideólogos achavam que a primeira etapa do novo regime teria de ser necessariamente conduzida através de uma ditadura, não só porque ela encarnava as medidas excepcionais para vencer a resistência monarquista, mas porque achavam que a maioria do povo ainda não reunia as condições materiais, culturais e intelectuais para guiar-se por si mesma. Para os positivistas brasileiros, essa percepção era mais aguda ainda, pois estavam convencidos de que o notório atraso social, econômico e cultural do país em relação aos países do Norte exigia um regime republicano cuja tarefa primordial era colocar o país em marcha acelerada, a fim de vencer não só uma etapa da história, mas para acertar os ponteiros do relógio nacional com os relógios dos países mais adiantados. E só uma ditadura, assim pensavam, poderia fazer isso.

Aliás, a percepção do atraso social era, de todos os tipos de atraso, o mais agudo: os republicanos tinham fresco na memória que o Brasil fora um dos últimos países, senão o último, a abolir a escravidão. Como entregar, pensavam muitos republicanos, à maioria do povo atributos decisórios, se na sua base havia essa herança tremendamente negativa, que a incapacitava econômica, moral e intelectualmente para a vida política? Outra vez via-se como imprescindível um período transitório, de marcha forçada e de prazo indeterminado, durante o qual a massa do povo receberia os insumos materiais e culturais para atingir aquela maturidade que lhe possibilitaria decidir por conta própria. Pensando assim, os militares positivistas acabaram se auto-elegendo os tutores do povo para superar essa etapa.

Essa concepção marcou não só o começo da nossa República, mas atravessou quase toda a sua história no decorrer do século XX. E por trás dela está a fortíssima, e amplamente compartilhada, percepção de atraso histórico, o qual seria incompatível com uma vida política normal, regulada por um ritmo suave, não acelerado ou forçado, ou pelo menos igual aos dos países mais adiantados. Pois esses não precisavam ter pressa, eles já estavam na frente. Nós, ao contrário, estávamos condenados ou a correr, ou a perecer. E isso justificava a supressão da normalidade, o desrespeito a leis e regras estáveis, enfim, dava espaço à política de exceção. E a necessidade da exceção, por sua vez, justificava o adiamento da democracia.

Assim, se é verdade que o conceito de república não é necessariamente incompatível com o de ditadura, o mesmo não se pode dizer com a democracia. Pois a democracia, ao reconhecer direitos políticos iguais a todas as camadas da população, independente de seu nível de renda, educação ou cultura, independente da sua condição étnica ou de gênero, implica o pleno reconhecimento da aptidão do conjunto dos adultos para participar, a despeito de todas as desigualdades não estritamente políticas que se venham a constatar entre os cidadãos.

Por outro lado, é evidente que em todos os regimes democráticos as desigualdades sempre constituirão motivo de enorme tensão, na medida em que elas afetarem o ideal de igualdade política. Quanto maiores ou mais profundas as disparidades econômicas e culturais num país, maior será a pressão sobre a legitimidade da experiência democrática. E é por isso que toda vez que o Brasil tentou passar por uma experiência democrática, por mais tímida que ela fosse, essa pressão sempre foi muito forte, já que no Brasil as disparidades sociais foram e continuam sendo das mais agudas do mundo.

Não por acaso, é muito tentador pensar que a ignorância, ou a indigência ou a condição bárbara em que vive a grande maioria do povo brasileiro constituem, para uma certa imaginação à direita do espectro ideológico nacional, obstáculos que definitivamente inviabilizavam qualquer experiência democrática no país; porém, mesmo para uma certa imaginação à esquerda desse espectro, esses obstáculos só poderiam ser vencidos através de formas não democráticas de liderança nacional. O fato é que, pelo menos da parte à direita, não faltaram ocasiões para passar da tentação para o ato: basta ver o número de anos que nossa república viveu sob ditaduras militares; ou quantas vezes, mesmo quando vivemos sob uma tímida democracia (como entre 1945 e 1964), quantas vezes estivemos sob ameaça de golpes de Estado.

O que podemos dizer da experiência republicana e democrática que estamos vivendo hoje? Vamos mencionar aqui, para concluir, dois elementos, um velho e um novo. Primeiro, os fatores de deslegitimação continuam sendo os de sempre, isto é, tanto os de corrosão próprios da República (a confusão entre o interesse público e o interesse privado) quanto os próprios da Democracia (a desigualdade). Ao mesmo tempo, porém, as experiências ditatoriais do passado nos transmitiram uma fortíssima impressão de que esses regimes redundam em muito mais custos do que benefícios no esforço de superar o suposto atraso através da marcha forçada. Ou seja, a percepção desse fracasso das ditaduras tem sido, pelo menos desde a redemocratização em 1985, um forte antídoto contra aquele vínculo entre a necessidade da marcha forçada e a necessidade da suspensão da

democracia.

É impossível dizer até quando ou até que ponto a sociedade brasileira continuará a resistir a essa velha tentação. Contudo, para quem deseja continuar avançando no caminho que recomeçamos a trilhar com o fim da última ditadura militar, uma coisa é certa: só conseguiremos livrar o país dessa tentação se conseguirmos superar, através de formas rigorosamente democráticas, os fatores morais, econômicos e culturais que sempre ameaçam minar a legitimidade da própria democracia.